

Gênero e Migração: Cruzando histórias e trajetórias das estudantes guineenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Ceará, Brasil¹

Carlos Subuhana²

Iadira Antonio Impanta³

Resumo

O Trabalho aqui apresentado é resultado de atividades desenvolvidas do no projeto de pesquisa “**Estudar no Maciço de Baturité**: trajetórias e experiências socioculturais de estudantes africanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira”, do PIBIC/CNPq/UNILAB 2015-2016, e teve como objetivo geral fazer um breve estudo sobre a presença das estudantes guineenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, um município da macrorregião do Maciço de Baturité, Estado do Ceará- Brasil. O foco da pesquisa foi a migração feminina, com ênfase na análise das questões de gênero. A pesquisa se constitui em um estudo descritivo, realizado através de um estudo de caso com abordagem qualitativa. Os dados e o material aqui analisados foram coletados através de entrevistas - com questões abertas e fechadas - com as estudantes guineenses na UNILAB e a análise teve como base um referencial teórico multidisciplinar. No total foram realizadas quinze entrevistas (15), numa média de duas horas por entrevista. Ao fazermos uma discussão sobre a questão de gênero, percebemos que na Guiné Bissau, as políticas e leis em vigor promovem a igualdade de gênero em diversos domínios (educação, acesso a cuidados de saúde). Por outro lado, a sua aplicação é pouco efetiva, não só por causa de algumas disposições legais em contradição com o princípio da igualdade consagrado na constituição da Guiné-Bissau, mas também devido a práticas tradicionais, por exemplo, casamentos prematuros, gravidez precoce. Conclui-se, a partir do estudo, que a integração e a participação mais igualitária das mulheres na família, no trabalho e na sociedade contribui para a coesão social, o desenvolvimento e o bem-estar, assim como para a promoção dos direitos, da cidadania e igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, migração feminina, deslocamento estudantil, projetos de vida, diversidade étnica, relações de gênero.

¹ "Trabalho preparado para apresentação no III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, Brasília, 11 a 13 de maio de 2016".

² Bacharel em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ); Mestre em Sociologia, com concentração em Antropologia (PPGSA/IFCS/UFRJ); Doutor em Serviço Social (PPGSS/ESS/UFRJ); Pós-doutor em Antropologia (DA/USP); Professor Adjunto (UNILAB); Coordenador do projeto de pesquisa de iniciação científica “**Estudar no Maciço de Baturité**: trajetórias e experiências socioculturais de estudantes africanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira”, do PIBIC/CNPq/UNILAB 2015-2016).

³ Bacharel em Humanidades (UNILAB); Bolsista do projeto de pesquisa de iniciação científica “**Estudar no Maciço de Baturité**: trajetórias e experiências socioculturais de estudantes africanos na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira”, do PIBIC/CNPq/UNILAB 2015-2016).

INTRODUÇÃO

Um trabalho acadêmico é sempre vinculado ao olhar e à perspectiva de quem o escolhe como tema de investigação, esse é o caso deste trabalho. Decidimos abraçar a presente pesquisa não só por sermos guineenses, mas também porque sempre almejamos um dia poder escrever algo que pudesse mudar, de alguma forma, a sociedade guineense em geral, tendo como foco questões de gênero, por acreditarmos que as mulheres têm sido as mais desfavorecidas e recorrentemente sofrido violações de direitos humanos. Essa foi uma das principais motivações que nos fizeram escolher o tema, sem deixar de lado as nossas ambições intelectuais. Por outro lado, acreditamos também, que com este estudo, teremos como desmistificar o senso comum no que diz respeito às questões da emigração estudantil, em especial à migração feminina.

Este trabalho teve como objetivo geral fazer um breve estudo sobre a presença das estudantes guineenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção, um município da macrorregião do Maciço de Baturité, no estado do Ceará, no Brasil. O foco da pesquisa foi a migração feminina, com ênfase na análise das questões de gênero.

Hoje a UNILAB conta com cerca de 439 estudantes oriundos da Guiné-Bissau, numa faixa etária que varia de 18 a 29 anos. Essa população está mais concentrada nos cursos de Bacharelado em Humanidades e Administração Pública, sendo que nos demais cursos (Agronomia, Ciências Biológicas, Enfermagem, Engenharia de Energias, Letras – Língua Portuguesa, Matemática, Química, Sociologia e História) está menos representada.

Em termos de origens sociais, os pais e parentes desses estudantes são, em sua maioria, funcionários do setor público, privado e de ONGs, havendo entre eles também filhos de camponeses. Mais de 90% dessa população é oriunda de Bissau, capital do país, sendo possível encontrar estudantes originários de regiões como Gabú, Biombo, entre outras. Os pais de muito(a)s do(a)s que nasceram em Bissau, podem ser originários de outras regiões.

Contextualização teórica

A principal questão teórica usada para a elaboração deste Trabalho é e/imigração, no caso presente, e/imigração temporária, em especial a migração feminina. Segundo Martins (1988:45 *apud* SASAKI & ASSIS, 2000), migrar temporariamente é mais do que ir e vir - é viver em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições em duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída de relações sociais historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. Se em termos demográficos - o temporário - é essencial para o estudo das migrações temporárias, em termos sociológicos o essencial é a concepção de ausência. É temporário, na verdade, aquele migrante que se considera a si mesmo 'fora de casa', 'fora do lugar' ausente, mesmo quando em termos demográficos tenha migrado definitivamente.

Preferimos usar o termo imigração temporária por acreditar que o conceito 'imigração' *stricto sensu* seria definitivo demais, uma vez que essas estudantes entram no Brasil com visto temporário IV, o qual pode ser renovado e prorrogado anualmente, bem como transformado em visto permanente. Como deixou bem claro Sayad (*apud* SUBUHANA, 2005) a imigração consiste no deslocamento de populações por todas as formas de espaço socialmente qualificados (o espaço econômico, político no duplo sentido, cultural, sobretudo em suas dimensões simbolicamente mais 'interessantes', o espaço linguístico e religioso, entre outros).

A base do nosso trabalho consiste em investigar e compreender como essas estudantes experimentam a vivência de saída do país natal (Guiné Bissau), por que migram, quem deixaram, o que mudou em suas vidas, o porquê dessa iniciativa, o que acontece quando chegam na UNILAB (Ceará/Brasil), o que vêm a se tornar quando chegam aqui, como constroem suas próprias identidades e sua auto-imagem, como se relacionam nesse novo contexto e depois como voltam, o que as faz voltar, quem volta para lá e de que maneira volta.

Sayad (*apud* SUBUHANA, 2005) diz que a imigração é um 'fato social completo', única característica, segundo o autor, em que há concordância na comunidade científica e, por conseguinte, todo o itinerário do imigrante seria 'epistemológico', constituindo no cruzamento das ciências sociais, o ponto de encontro de inúmeras disciplinas.

É ‘fato social’, pois falar da imigração segundo Sayad (*apud* SUBUHANA, 2005) é falar da sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica e também em sua extensão sincrônica, ou do ponto de vista das estruturas presentes e do seu funcionamento, mas com a condição de não tomarmos deliberadamente o partido de mutilar esse objeto de umas de suas partes integrantes, a parte relativa à emigração.

Os migrantes de todos os tempos, de acordo com Sasaki & Assis (2000), evocam diversas imagens: a partida, a viagem, o trajeto e a chegada a uma nova terra constrói um fio e uma trajetória que os inquieta.

Estas imagens, quando associadas aos migrantes da virada do século XIX para o século XX, sugeriam desagregação social, quebra de laços familiares, guetos e criminalidade. Estes processos e problemas decorrentes da urbanização, que emergiram nas cidades receptoras de grande contingente de migrantes de diversos lugares, muitas vezes foram associados à presença desta população. Assim, foi nos EUA, país receptor de milhões de imigrantes de diferentes nacionalidades, que a migração tornou-se um problema sociológico. Isto significou problematizar estas imagens acerca dos migrantes e procurar desvelar estes deslocamentos populacionais.

Migração como problema sociológico

A migração tem se constituído objeto de análise de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, podendo ser caracterizada como um campo multidisciplinar. As bases teóricas assentam-se em clássicos como os estudos de Ravenstein (*apud* SASAKI & ASSIS, 2000), sobre as leis da migração, no final do século XIX e, mais recentemente, a teoria dos fatores *push and pull* proposta por Everett Lee (*apud* SASAKI & ASSIS, 2000), na segunda metade do século XX. Essas abordagens enfatizam as determinações econômicas na decisão do indivíduo de migrar, analisam algumas regularidades e singularidades do fenômeno, bem como características tanto nos locais de origem, como de destino, que podem ser determinantes para o indivíduo na sua tomada de decisão.

Desde a obra pioneira de Ravenstein (*apud* SASAKI & ASSIS, 2000), diversos estudos, em distintas áreas do conhecimento, como a demografia, a economia, a sociologia, a geografia, entre outras, têm tomado como objeto de análise a migração que,

embora não seja um fenômeno recente, não é uma categoria de fácil definição. A dificuldade de elaboração do conceito de migração, de acordo com Martine (1980 *apud* SASAKI & ASSIS, 2000), pode ser reflexo de uma discrepância conceitual entre as diferentes áreas e paradigmas epistemológicos que se ocupam do fenômeno. Para outros autores como Oliveira e Stern (1971 *apud* SASAKI & ASSIS, 2000) e Baganha (2001 *apud* SASAKI & ASSIS, 2000), pode ser consequência da ausência de uma teoria geral dos processos migratórios. De acordo com Standing (1984 *apud* SASAKI & ASSIS, 2000), essa dificuldade deve-se ao fato de que, para definir migração, há que se considerar quatro dimensões cruciais: espaço, residência, tempo e atividade laboral.

De acordo com Sasaki & Assis (2000), o tema da migração não era uma questão relevante para os estudos sociológicos da virada do século XIX para XX. Richmond (1988 *apud* SASAKI & ASSIS, 2000), ao analisar os clássicos – Malthus, Marx, Durkheim e Weber – demonstrou que a migração era analisada enquanto consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo, assim como os processos de industrialização e urbanização. Isto envolvia o declínio das comunidades rurais e a criação de culturas heterogêneas e cosmopolitas, na concorrência dos imigrantes por emprego e na luta para sobreviver numa cidade de ambiente estranho. Para demonstrar este argumento, Richmond (*apud* SASAKI & ASSIS, 2000), demonstra como os autores clássicos da sociologia abordaram a questão da migração.

Segundo Malthus (*apud* SASAKI & ASSIS, 2000), a migração era vista como uma consequência inevitável da superpopulação. O Novo Mundo possibilitava um espaço para as migrações temporárias para fugir do ciclo de pobreza e miséria. Este pensamento derivava de sua concepção de que a população crescia em ordem geométrica, enquanto a capacidade de gerar tecnologias crescia em ordem aritmética.

Já Karl Marx discordava de Thomas Malthus, cuja visão considerava reacionária, pois apontava para a inevitabilidade e/ou naturalização da pobreza. Marx colocava a culpa do quadro de pobreza nos empreendedores capitalistas que deliberadamente abaixavam os salários para maximizar seus ganhos. Ao examinar os efeitos das mudanças econômicas e políticas na França, Irlanda, e Escócia, Marx realçou a cumplicidade dos governos e dos militares na coerção de camponeses e pequenos proprietários para a migração, através de movimentos de cercamentos (*enclosures*), autorização de partida e assistência estatal aos movimentos de emigração. (Cf. SASAKI & ASSIS, 2000)

Durkheim reconhecia claramente a migração como um dos fatores de quebra das comunidades tradicionais mantidas juntas pelos laços de solidariedade mecânica. A

transição para a solidariedade orgânica, baseada numa divisão social de trabalho e interdependência econômica, era frequentemente acompanhada pela anomia, ou o colapso do sistema de valores comuns, que resultava em desintegração social, que, por sua vez, poderia levar a consequências patológicas. Tais consequências incluíam crime, suicídio e conflito de grupo. (Cf. SASAKI & ASSIS, 2000)

De acordo com Sasaki & Assis (2000), Max Weber percebia a migração de forma menos definida. Como Marx e Durkheim, Weber estava concentrado nas consequências da industrialização e crescimento do capitalismo. Ele estava impressionado com os efeitos desintegradores e notava a importância da religião, particularmente pelo que chamou de 'ética protestante', a qual reconhecia como condição necessária para acumulação de capital e para impor um código de disciplina sobre a força de trabalho. Weber dizia que a migração era um fator incidental, criando novas classes sociais e grupos de status étnicos.

Para Malthus, Marx, Durkheim e Weber, segundo Sasaki & Assis (2000), a migração era analisada como consequência do desenvolvimento do capitalismo, que, por sua vez, dava-se através da industrialização, urbanização e mobilidade populacional. Ou seja, a migração era uma preocupação secundária para estes autores, naquele contexto.

Sasaki & Assis (2000) afirmam que, no início do século XX, os sociólogos americanos foram levados a colocar a migração como um problema, dada à crescente mobilidade populacional da Europa para os países do Novo Mundo, particularmente os Estados Unidos. Essa mobilidade, decorrente do crescimento populacional e das crises econômicas naqueles países, gerou um intenso debate político nos Estados Unidos, sobretudo tendo em vista a preocupação emergente nesse país com a constituição da sociedade frente à presença de imigrantes, debate este que ainda hoje é bastante polêmico.

O estudo pioneiro dentro dessa abordagem, a obra de Thomas & Znaniecki (1918, *apud* SASAKI & ASSIS, 2000), *The Polish Peasant in Europe and America*, influenciou fortemente os estudos posteriores de migração. Esta obra é considerada importante por que, embora tratasse de um objeto específico – os cerca de dois milhões de poloneses que migraram para a América entre 1880 e 1910 – também demonstrou como o processo de migração quebrava os laços de solidariedade, particularmente o sistema familiar. Os estudos influenciaram o surgimento da sociologia urbana e da sociologia do desvio, temas retomados pela Escola de Chicago.

A Escola de Chicago desenvolveu as análises de Thomas & Znaniecki em várias direções. O foco destas análises estava nos processos de adaptação, aculturação e

assimilação dos grupos imigrantes dentro da sociedade americana. Estes teóricos acreditavam que ocorreria uma completa assimilação estrutural e cultural, embora não fosse claro se isso envolveria a adoção de valores anglo-americanos. O termo *melting pot*, segundo Sasaki & Assis (2000), passaria a se referir a esse processo de assimilação e/ou americanização dos imigrantes, não implicando, no entanto, no total abandono de seus valores e modo de vida, mas sim em tornarem-se grupos cada vez mais amplos e inclusivos.

Ao longo dos anos 50, como uma das consequências das transformações políticas e econômicas do período pós-guerra, ocorreu uma reconfiguração dos fluxos migratórios internacionais. Novos grupos migrantes, tais como latino-americanos, asiáticos e outros, entraram no *melting pot* e evidenciaram a persistência dos grupos étnicos, o que colocou em questão os pressupostos assimilacionistas. A partir dos anos 60, os estudos realizados podem ser caracterizados, segundo Poutignat & Streiff-Fenart (1998 *apud* SASAKI & ASSIS, 2000), como *revival* étnico e expressaram a crise das análises baseadas nos princípios da modernização.

Uma outra contribuição teórica é a compreensão da migração a partir de estudos da sociologia e economia nos Estados Unidos, com ênfase na estratificação e divisão ou segmentação do mercado de trabalho nas sociedades industriais avançadas.

Migração Feminina

Historicamente a imigração guineense tem se constituído como um fenômeno que atinge predominantemente os homens. Apenas recentemente tem crescido o número de mulheres emigrantes, o que parece indicar algumas transformações importantes na estrutura da emigração na sociedade guineense. No entanto, o número de emigrantes do sexo masculino ainda é muito superior, apresentando um impacto no país. (DIAS, 2000)

A literatura existente sobre as migrações femininas nas ciências sociais é enorme, sobretudo a partir dos anos 80, que é quando se começa a trabalhar no sentido de buscar as causas específicas da mobilidade das mulheres e as consequências disto em seu *status* social e econômico. (PUERTA & MASDEU, 2007)

Concretamente, de acordo com Puerta & Masdeu (2007), é a partir dos trabalhos de Annie Phizacklea (1983 *apud* PUERTA & MASDEU, 2007) e Mirjana Morokvasik (1983, 1984 *apud* PUERTA & MASDEU, 2007) que as mulheres migrantes são analisadas como sujeitos independentes e não tanto a partir da perspectiva da mobilidade

masculina. O aumento, em número e qualidade, dos estudos sobre migrações nos anos 90 e até mesmo na atualidade, nos informa não só o caráter cada vez mais feminizado dos fluxos migratórios, como também o aumento do número de mulheres que se deslocam de maneira autônoma e independente, ao mesmo tempo, por outro lado, que se evidenciam as diferentes motivações dos homens e das mulheres, ou seja, o fato de que uns e outras têm projetos migratórios distintos.

Começam, segundo Puerta & Masdeu (2007), a generalizar-se os estudos que têm em conta a perspectiva transnacional que, no caso das mulheres, se centra nas famílias transnacionais, amplamente trabalhadas, entre outros, por Claudia Pedone (2006 apud PUERTA & MASDEU, 2007), em seu protagonismo como iniciadoras de redes migratórias e, em geral, se trabalha a análise de desenvolvimento das chamadas instituições de imigração, organizações e agências que operam no negócio da migração.

Puerta & Masdeu (2007) afirmam que a experiência diferenciada do processo migratório das mulheres em relação aos homens se centra em vários fatores: 1) a existência de um marcado sistema patriarcal que explica as restrições morais da mobilidade feminina, porque também é um impulso precisamente para libertar-se destas restrições; 2) a existência de determinadas condições laborais, como por exemplo a divisão do trabalho em função do gênero, que fomenta a ocupação das mulheres em determinados setores demandados nos países de destino (trabalho doméstico, assistência e prostituição) ou as precárias oportunidades de desenvolvimento profissional de que dispõem em seus países de origem; 3) e a experiência estigmatizada da mulher no âmbito doméstico caracterizada pela existência de acentuadas relações desiguais de poder e a situação da parte subordinada das mesmas.

Metodologia

O material aqui analisado foi coletado através de entrevistas (com questões abertas e fechadas) com as estudantes guineenses na UNILAB.

A escolha das entrevistadas não foi aleatória. Tivemos o cuidado de entrevistar estudantes de diversos cursos, diversas origens etnolinguísticas e regionais. Em se tratando de estudantes, procuramos respeitar as que alegaram não ter tempo de nos atender porque tinham provas ou por outros motivos.

No total foram realizadas quinze entrevistas (15), numa média de duas horas por entrevista. As entrevistas ocorreram nas casas das interlocutoras e na universidade. As entrevistas foram armazenadas em um gravador, com o consentimento das interlocutoras e posteriormente transcritas.

O método qualitativo - a observação direta e participante - se fez presente durante a pesquisa. Strauss & Corbin (1990) definem a pesquisa qualitativa como sendo aquela em que os resultados obtidos não são provenientes dos procedimentos estatísticos ou outros de quantificação. Segundo Triviños (1994), muitas pesquisas de natureza qualitativa não precisam apoiar-se na informação estatística. Isto não significa que sejam especulativas. Elas têm um tipo de objetividade e de validade conceitual, que contribui decisivamente para o desenvolvimento do enfiamento científico.

Através da internet, baixamos livros, teses, dissertações, artigos, de dentro e fora do Brasil, que forem indispensáveis para a análise dos dados, sendo que o estudo teve como base fontes primárias.

Projetamos quatro etapas de trabalho, sendo a primeira uma revisão bibliográfica, a segunda, a construção dos elementos de pesquisa (pesquisa de campo), a terceira, a análise do material coletado e a quarta a redação do trabalho final.

Gênero e migração

A origem dos estudos de gênero pode ser creditada às lutas que se seguiram a diferentes movimentos sociais dos anos 60, de modo especial as mobilizações de 1968 ocorridas em vários países da Europa e nos Estados Unidos (Cf. SARTORI, 2008; SILVA, 2006; AMÂNCIO, 2003). Com efeito, nas lutas libertárias que eletrizaram corações e mentes no final dos anos 60, a participação das mulheres era intensa. Na mídia e mesmo em filmes e livros, esse período é fartamente descrito como os ‘anos dourados’ dos movimentos sociais. No entanto, as mulheres logo percebiam que essa participação em ‘pé de igualdade’ com os homens nas lutas sociais, não tinha correspondência na representação política. Nesse aspecto sua situação fica em segundo plano, pois

Raramente elas eram chamadas a assumirem a liderança política: quando se tratava de falar em público ou ser escolhida como representante do grupo elas sempre eram esquecidas e

cabia-lhes em geral o papel de secretárias e ajudantes de tarefas consideradas menos nobres como fazer faixas ou panfletar. (GROSSI, 1998, p.2 apud SARTORI, 2008)

Segundo Luca (2002), no continente africano, durante a presença europeia, as africanas se rebelaram contra a destruição da ordem anterior, que lhes garantia certa autonomia. Acostumadas a uma relativa independência, a submissão do administrador branco foi percebida como uma dupla opressão e uma perda de direitos, sobretudo econômicos e sociais. Foi daí que começam a surgir líderes que defendiam o direito a mulher e a resistência anti-colonial. Foi sobretudo em contextos de extremo sofrimento em que as africanas demonstraram um maior compromisso, sobretudo durante as lutas armadas pela emancipação do domínio colonial. Países como Angola, Guiné Conacry, Moçambique, Zimbábue, entre outros integraram as mulheres em seus movimentos anti-coloniais.

Na Guiné-Bissau, a presença feminina contribuiu de forma eficaz no desenvolvimento do nacionalismo. No PAIGC, que desde o princípio se empenhou no combate contra a discriminação de gênero, durante a luta contra o colonialismo português existia o Destacamento Feminino, onde a mulher guineense sempre desempenhou um papel fundamental, ocupando cargos de destaque dentro do movimento, a exemplo de Bwetna N'dubi, Canhe Na N'Tungue, Beatriz Cabral, Carmen Pereira⁴, Ernestina Silá (Titina Silá), Francisca Pereira, Henriqueta Antónia da Silva Godinho Gomes, Lucette Andrade, Teodora Inácia Gomes, Teresa Badinca entre outras.

A categoria 'mulher' é uma construção social, mas eram visíveis as dificuldades teóricas para explicar a opressão das mulheres nas diferentes teias de relações sociais em que homens e mulheres cotidianamente convivem. Assim, por um lado, enquanto os estudos da condição feminina tinham a pretensão de homogeneizar todas as mulheres (desconsiderando as diferenças de classe, raça e idade), por outro, a ênfase dos estudos na problemática da mulher priorizava a questão de classe. Ambas as teorias demonstravam a falta de uma articulação das diferentes esferas em que se dá a opressão das mulheres. É nas limitações dessas teorias que surge o conceito de gênero enquanto categoria relacional, conceito que procurava articular as relações historicamente determinadas para além das diferenças de sexos, mas é sobretudo uma categoria que procura dar sentido às diferenças (SCOTT, 1990).

⁴ Foi a primeira mulher na presidência de um país na África e a única na história da Guiné-Bissau.

As primeiras disciplinas a introduzir o conceito de gênero foram a antropologia, a sociologia (OAKLEY, 1972 apud AMÂNCIO, 2003) e a psicologia (UNGER, 1979 apud AMÂNCIO, 2003) e sua vertente médica, com o pesquisador John Money, em 1955, mas quem soube estabelecer amplamente a diferença entre sexo e gênero foi o psicólogo norte-americano Robert Stoller, no livro “*Sex and Gender*” (“Sexo e gênero”), publicado em 1968.⁵ Para este autor, o que determina a identidade e o comportamento de gênero não é o sexo biológico, mas o fato de o indivíduo ter vivido desde o nascimento a experiência, ritos e costumes atribuídos a determinado gênero. Assim, ‘sexo’ está relacionado aos componentes biológicos, anatômicos e ‘gênero’ está ligado aos aspectos psicológicos, sociais e culturais. Ou seja, ‘gênero’ serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. (GROSSI, 1998 apud SARTORI, 2008)

Na teorização de Scott (1990), o gênero é considerado como uma forma primária de dar significado às relações do poder (mesmo que não seja a única), ou seja, é o campo primário, no interior, ou por meio do qual, o poder é articulado. Segundo essa teoria, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. É exatamente nesse aspecto que está a importância desse conceito, pois ele coloca em evidência a maneira pela qual o poder é definido, estruturado e exercido. Nesse sentido, gênero, enquanto categoria de análise, possibilita diferenciações entre pessoas, coisas ou situações vivenciadas.

As relações entre homens e mulheres não são estanques, mas dinâmicas, constituindo-se o gênero como uma condição mutável e conjuntural. É o que nos faz lembrar a frase clássica de Simone de Beauvoir (1970) em “O segundo sexo: fatos e mitos” (“*Le deuxième sexe: les faits et les mythes*”): “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”. Esta condição também pode ser estendida para o gênero, ou seja, não se é masculino ou feminino, mas sim se está masculino ou feminino. Compreender que o masculino e o feminino estão permanentemente em mudança é entender que “em todas as sociedades do planeta o gênero está sendo todo o tempo ressignificado pelas interações

⁵Segundo Amâncio (2003), o considerar o sexo um construto a explicar, em vez de fator explicativo, o conceito de gênero correspondia, no plano teórico, ao propósito de colocar a questão das diferenças entre os sexos na agenda da investigação social, retirando-a do domínio da biologia, e orientava a sua análise para as condições históricas e sociais de produção das crenças e dos saberes sobre os sexos e de legitimação das divisões sociais baseadas no sexo. De contributo para a abertura de novos objetos de estudo, ou melhor, do retomar, em moldes, de uma velha questão, o conceito de gênero deu lugar, mais recentemente, a uma perspectiva crítica sobre a produção dos saberes em diversas disciplinas das ciências sociais.

concretas entre indivíduos do sexo masculino e feminino. Por isso diz-se que o gênero é mutável. (GROSSI, 1998, p.7 apud SARTORI, 2008)

Pensar gênero na perspectiva de que as identidades se constroem de forma relacional leva-nos a falar em ‘relações de gênero’, pois existe uma complementaridade entre o masculino e o feminino, necessária a essas relações (COSTA, 1992 apud SARTORI, 2008). Ao se adotar a ideia de que gênero é relacional e não identitário, considera-se que “gênero não se refere unicamente a homens e mulheres” (COSTA, 1996, p.185 apud SARTORI, 2008)

Autores como Barbieri (1992, apud SARTORI, 2008), Silva (2006) e Scott(1990) propõem que se faça uma distinção entre as diversas maneiras em que são empregados a categoria gênero e o conceito de gênero. Existe uma clara substituição da palavra ‘sexo’ por ‘gênero’ (por exemplo, nos estudos sobre demografia, mercado de trabalho, educação e epidemiologia) que não necessariamente passa por uma reflexão e crítica teórica metodológica. De acordo com Scott (1990), a utilização recente mais comum de ‘gênero’ toma-o como sinônimo de ‘mulheres’ (como por exemplo: gênero e história, quando na realidade são estudos sobre mulheres). Para a autora, ‘gênero’ tem conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’, no sentido de que se ajusta mais à terminologia das ciências sociais, fazendo dessa forma uma dissociação entre a política (supostamente mais radical) e o feminino. Ao mesmo tempo que ‘história das mulheres’ dá visibilidade às mulheres enquanto sujeitos históricos, o termo ‘gênero’ apenas as inclui, sem as nomear, parecendo diminuir sua forte ameaça. Um outro aspecto que o termo ‘gênero’ permite, além da substituição do termo ‘mulheres’, é o fato de sua utilização sugerir que qualquer informação sobre as mulheres se refere necessariamente aos homens. Segundo essa interpretação, o estudo das mulheres, de maneira isolada, perpetua o mito de que apenas a experiência de um sexo tem visibilidade e que muito pouco tem a ver com a história do outro.

Mota-Ribeiro (2005) diz que verifica-se por vezes uma tendência perigosa para definir o gênero segundo padrões etnocêntricos e radicais, partindo do princípio de que ao falar de gênero feminino, considera-se que todas as mulheres são ocidentais, brancas, de classe média, quando na verdade o conceito não pode se generalizar. Segundo Mota-Ribeiro, as normas culturais variam muito de uma sociedade para outra, dentro de uma mesma sociedade, em diferentes contextos históricos e entre distintos grupos numa mesma sociedade. Se o gênero é culturalmente fundamentado, aquilo que significa ser mulher ou homem varia de cultura para cultura.

Questões de sexualidade e de gênero nas sociedades africanas têm sido muitas vezes enquadrados em vários discursos, locais e internacionais, que não reconhecem adequadamente as complexidades e especificidades da realidade das sociedades africanas. Gênero como categoria é de tal forma identificado com as mulheres e normalmente se parte do princípio de que os estudos de gênero devem se concentrar sobretudo em problemas das mulheres. (ADESINA, 2012; BERHO-COLLIER, 2007; CASIMIRO, 2000; MARTÌN & GARCIA, 2002; PHALANE, 2014; POTASH, 1992). Kolawole (2005) diz que o discurso dominante sobre o gênero na África é a questão da decodificação da feminilidade e da posição das mulheres de uma forma crítica. Segundo a autora citada, os conceitos de ‘mulher’, ‘gênero’ e ‘feminismo’, “estão sendo constantemente interrogados e para muitas pessoas isto constitui um aspecto da busca de autoafirmação”.

Isabel Casimiro (2000), por sua vez, afirma que a pesquisa realizada nas últimas três décadas sobre o continente Africano, permitiu um acumular de dados sobre os modelos de participação da mulher no casamento, na família e nas relações familiares, bem como as interrelações existentes entre os modelos participativos, os interesses e o poder, contribuindo, deste modo, para uma melhor compreensão da natureza da organização social e das relações de gênero. Os dados obtidos revelam, por exemplo, a complexa ação recíproca dos laços intergeracionais, conjugais e sanguíneos (POTASH 1992 apud CASIMIRO, 2000). Em muitas sociedades Africanas, segundo Casimiro, os laços económicos e emocionais mais importantes das mulheres e dos homens são de carácter intergeracional e não conjugal - entre as mulheres e os seus filhos e entre os homens e os seus pais, por exemplo.

Segundo Yannis Arvanitis (2014), na Guiné-Bissau as disparidades entre homens e mulheres no acesso às oportunidades de desenvolvimento do capital humano permanecem. No domínio da educação, se a taxa de matrícula das raparigas (moças) relativamente aos rapazes era de 93.2% em 2010, de acordo com os últimos dados disponíveis, a representação relativa das raparigas (moças) diminuiu significativamente no nível secundário (51%) devido aos índices de repetência e de abandono escolar superiores (57% contra 46% para os rapazes, de acordo com o Banco Mundial). Consequentemente, o índice de conclusão do ensino primário para os rapazes é superior em 15 pontos percentuais ao índice das moças. Vale notar que as moças não desistem da escola por terem piores resultados ou por repetirem muito mais vezes que os seus colegas do sexo masculino e sim por fatores alheios ao seu desempenho, fatores esses que têm se

intensificado e que as afastam da escola desde a primeira classe, uma vez que a desistência não se verifica apenas nas classes de transição entre níveis de ensino, mas em todas as classes.

De uma maneira geral, as políticas e leis em vigor promovem a igualdade de gênero em diversos domínios (educação, acesso a cuidados de saúde). No entanto, segundo Arvanitis (2014), a sua aplicação é pouco efetiva, não só por causa de algumas disposições legais em contradição com o princípio da igualdade consagrado na constituição da Guiné-Bissau, mas também devido a práticas tradicionais: por exemplo, casamentos prematuros, gravidez precoce, falta de oportunidades, referências, campo de possibilidades e ritos de iniciação feminina.⁶

A nível político e econômico, as mulheres têm pouca representatividade, seja na administração pública ou nos partidos políticos (deputados, membros do governo, etc.). Embora 51.9% das mulheres sejam consideradas como ativas, estas trabalham principalmente no setor informal e na agricultura de subsistência, que registram os menores índices de rentabilidade econômica. A concentração das mulheres nessas atividades explica-se, em grande parte, pelos seus baixos níveis de alfabetização e de educação.

As nossas entrevistadas são unânimes em reconhecer que o problema da educação escolar das meninas tem a ver com questões culturais, sociais, econômicas, religiosas, entre outros fatores. Vejamos o que elas dizem:

Acho que o problema da educação tem a ver com questões culturais, porque para os nossos mais velhos o lugar da mulher é na cozinha. As meninas às vezes abandonam as aulas por vergonha, depois que se tornam mães [...]. (DOMINGAS)

Eu acho o problema da educação das meninas na Guiné [Bissau] abrange tudo, por exemplo às vezes quando os pais não têm uma economia capaz de sustentar a escola de todos os seus filhos, de preferência mandam os homens em vez das mulheres. Aconteceu o mesmo comigo quando o meu tio queria me mandar para estudar uma pessoa lhe disse que não era bom, pois o lugar da mulher é na cozinha, [e o papel da mulher é ficar em casa] para cuidar dos filhos. (FATUMATA)

⁶Esses ritos de iniciação em alguns casos podem ou não incluir a mutilação genital, que continua afetando 45 % das mulheres), apesar de uma lei que criminaliza esta prática ter sido adotada em maio de 2011.

O problema da educação das crianças para mim tem mais a ver com questões econômicas, [...] eu acho que as meninas desistem das aulas muitas das vezes por causa de casamento precoce [...], o que faz com que poucas meninas ingressem na faculdade. (MARIA)

Uma vez na UNILAB, a Maria se deparou com uma situação que lhe fez pensar que o número de vagas ofertadas para meninas fosse inferior que para os meninos. Ou seja, a nossa interlocutora chegou “até a pensar que talvez [a UNILAB] precisasse mais de meninos do que de meninas.” (MARIA)

Entretanto, ‘gênero’ está na base de todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é determinada pelo sexo, não determinando também diretamente a sexualidade. Procuramos desmistificar a ideia de que gênero está vinculado somente às questões da mulher. Procuramos, de outro modo, mostrar que gênero é uma construção social, que trata de relações de poder e hierarquia entre homens e mulheres, que pode mudar de acordo com as diferentes sociedades e culturas e mesmo na nossa própria sociedade. Gênero é, portanto, ‘apreendido’ e construído social e culturalmente, o que convençamos chamar de masculino ou feminino.

CONCLUSÃO

Depois do que foi analisado ao longo deste Trabalho, cabe, finalmente, fazer conclusões sobre a experiência da imigração temporária das estudantes guineenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) /Ceará, no contexto de sua formação superior.

Ao fazermos uma discussão sobre a questão de gênero percebemos que, na Guiné-Bissau, as políticas públicas e leis em vigor promovem a igualdade de gênero em diversos domínios (educação, acesso a cuidados de saúde). Por outro lado, a sua aplicação é pouco efetiva, não só por causa de algumas disposições legais em contradição com o princípio da igualdade consagrado na constituição da Guiné-Bissau, mas também devido a práticas

tradicionais: por exemplo, casamentos prematuros, gravidez precoce, falta de oportunidades, referências, campo de possibilidades e ritos de iniciação feminina.

A nível político e econômico, as mulheres têm pouca representatividade, seja na administração pública e nos partidos políticos (deputados, membros do governo, etc.). Embora 51.9% das mulheres sejam consideradas como ativas, estas trabalham principalmente no setor informal e na agricultura de subsistência, que registram os menores índices de rentabilidade econômica. A concentração das mulheres nessas atividades explica-se, em grande parte, pelos seus baixos níveis de alfabetização e de educação. As nossas entrevistadas reconhecem que o problema da educação escolar das meninas tem a ver com questões culturais, sociais, econômicas, religiosas, entre outros fatores.

Conclui-se que a integração e a participação mais igualitária das mulheres na família, no trabalho e na sociedade, contribui para a coesão social, desenvolvimento e bem-estar, assim como para a promoção dos direitos, da cidadania e da igualdade de oportunidades.

REREFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADESINA, Jimi. “Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e género na academia”. In: Teresa Cruz e Silva, João Paulo Borges Coelho & Amélia Neves de Souto (Orgs): *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança)*. Dakar: CODESRIA, 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20131028053636/ComoFazer.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

ALVES, Maria Zenaide. **Ser alguém na vida**. Condição juvenil e projetos de vida de jovens moradores de um município rural da microrregião de Governador Valadares-MG. 2013. 213 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/ser-alguem-na-vida-condicao-juvenil-e-projetos-de-vida-de-jovens-moradores-de-um-municipio-rural/wppa_open/>. Acesso em: 20 jul. 2014.

Amâncio, Lígia. “O género no discurso das ciências sociais”. **Análise Social**, 168, Lisboa, 2003, pp. 687-714. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218791078B9rDE5id4Po89MU8.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

- ARVANITIS, Yannis. “Guiné Bissau”. In: **Perspectivas económicas em África (2014) - Países Africanos da CPLP**. Paris: AfDB, OECD, UNDP, 2014, pp. 37 – 51. Disponível em: <www.africaneconomicoutlook.org/po>. Acesso em: 18 fev. 2015.
- ASSIS, G. de Oliveira & SASAKI, Elisa Massae. “Teorias das migrações internacionais”. In: **XII Encontro Nacional da ABEP 2000** Caxambu, outubro de 2000 (GT de Migração Sessão 3 – A migração internacional no final do século). Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2008/01/409660.pdf>>. Acesso em: 30 fev. 2015.
- BERHO-COLLIER, Edda Van den. **Um Perfil das Relações de Género: Para a Igualdade de Género em Moçambique**. Estocolm: Edita Communication AB (ASD), 2007, 100p. Disponível em: <http://www.sida.se/contentassets/964752491c8a420195f8a8799247a24c/towards-gender-equality-in-mozambique1_694.pdf>. Acesso em: 10/06/2015.
- BORGES, Manuela. “Educação e género: assimetrias e discriminação na escolarização feminina em Bissau”. In: MATA, Inocência & PADILLA, L.Cavalcante (OrG). **A Mulher em África, Vozes de uma margem sempre presente**. Lisboa: Editora Colibri, 2007, pp. 73-88.
- CÁ, Cristina Mandau Ocuni. **A trajetória dos quadros guineenses formados e em formação no Brasil na visão de estudantes e profissionais de 3º grau**. 2009. 194 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2009.
- CASIMIRO, Isabel. **Relações de género na família e na comunidade em Nampula**. Maputo: Cruzeiro do Sul (Instituto de Investigação para o Desenvolvimento), 2000.
- CÓ, João Ribeiro Butiam. Os “limites” da racionalidade migratória guineense: redes, capital social e determinantes sócio-culturais nas dinâmicas migratórias contemporâneas. Lisboa: 2007 In: **SOCIUS Working Papers**, Novembro 2007, n.º 4/2007. Lisboa: ISEG/UTL, 37 p. Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200704.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.
- DIAS, Juliana Braz. “A volta do filho próspero: emigrantes cabo-verdianos retornados e seus familiares”. In: TEIXEIRA, Carla Costa (Org.). **Em Busca da Experiência Mundana e Seus Significados: Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, pp. 65 – 95.
- GUINÉ-BISSAU. ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR. **Constituição da República**. Dez. 1996, 37p.

_____. **Decreto n.º 17/2010** (Aprova os Estatutos do Instituto da Mulher e Criança).

_____. **INEC (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS)**. Guiné-Bissau em Números 2005. Bissau: Nova Gráfica, Lda, 2005.

Disponível em: <http://www.stat-guineebissau.com/publicacao/GB_Numerofinal_Publica%C3%A7%C3%A3o1.pdf>.

Acesso em: 17 fev. 2015.

_____. **IPAD**. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Guiné-Bissau. 2004. Disponível em: <<http://www.ipad.mne.gov.pt/Guine-bissau/agricultura.htm>>. Acesso em: 12 out. 2014.

GOMES, Patrícia. “La mujer y el poder en Guinea Bissau: la lucha armada, los años 80 y el nuevo contexto político y económico.” In: **Nova África**, jan. 2009, n.º 24.

GREGORIO, Carmen. **Migración femenina, su impacto en las relaciones de género**. Madrid: Nancea, 1998.

HALL, Stuart. “*Cultural identity and diáspora*”. In: RUTHERFORD, J. (Org). **Identity. Community, culture, difference**. Londres: Lawrence and Wishart, 1990. Disponível em:

<<http://sites.middlebury.edu/nydiasporaworkshop/files/2011/04/D-OA-HallStuart-CulturalIdentityandDiaspora.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

JALÓ, Mamadú. **A Interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: A dimensão da educação básica – 1980 – 2005**. 2009. 130 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92590/266080.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

KNÖRR, J. y MEIER, B. (Eds.). **Women and Migration. Anthropological perspectives**. Frankfurt / New York. Campus Verlag. S. Martin’s Press, 2000.

KOLAWOLE, Mary. **Re-Conceptualizing African Gender Theory: Feminism, womanism and the Arere Pataphor**. In: ARNFRED, Signe. *Re-thinking Sexualities in Africa*. Oppsala: Almqvist Tryckeri, 2005, pp. 251 – 266. Disponível em: <<http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:240493/FULLTEXT03.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

KUPER, Adam. “Cultura, diferença, identidade”. In: **Cultura: a visão dos antropólogos**, Bauru: EDUSC, 2002, cap.7.

LEANDRO, M. E. “Dinâmica social e familiar dos projetos migratórios: uma perspectiva em análise”. In: **Análise Social** (Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.), 170, vol. XXXIX, abril e junho de 2004, p. 95-118. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218704818A2zDK3eh8Mg03OQ5.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

LE BRETON, M. **Las causas de la migración internacional de las mujeres**. Disponible en: http://alainet.org/active/show_text.php3?key=1020. Acesso em :24/02/2015.

MARTÍN, Aurelia; VELASCO, Casilda; GARCÍA, Fernanda (coords.). *Las mujeres en el África subsahariana: Antropología, literatura, arte y medicina*. Barcelona: Ediciones del Bronce, 2002, 352p.

MOTA-RIBEIRO, Sandra. **Retratos de mulher: construções sociais e representações visuais no feminino**. Porto: Campo das Letras, 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/ribeiro-coelho-imagens-mulheres-imprensa-portuguesa.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

PHALANE, Manthiba. “Localizar o gênero no discurso do desenvolvimento”. In: HOUNTONDJI, Paulin J. (Org). **O Antigo e o Moderno: a produção do saber na África contemporânea**. Mangualde; Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2014.

POTASH, Betty. “*Las Relaciones entre los Géneros en Africa Sub-Sahariana*”. In: **Espejos y Travesías** (Antropología y Mujer en los 90), ISIS Internacional, Ediciones de las Mujeres, N° 16, Santiago de Chile, 1992, pp. 125-147 e 162-169.

PUERTA, Yolanda Bodoque & Montserrat Soronellas MASDEU. **Matrimonios Transnacionales: Nuevos Retos en el Análisis de Una Realidad Migratoria Particular**. Tarragona, Universidad de Tarragona, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990. <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2014.

SARTORI, A. J. **Origem dos Estudos de Gênero**. Gênero na educação: espaço para a diversidade/ organizadores Ari José Sartori e Néli Suzana Brito. 3. ed. Florianópolis, /SC: Genus, 2008 136 p. Il.

SAYAD, A. **A Imigração: Ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. “Educação como direito”. In: **Anais do Encontro Internacional de Educação**, Gravataí/RS/Brasil (CD), 2005.

SERTÓRIO, Elsa e Filipa Sousa Pereira. **Mulheres Imigrantes**. Lisboa: Ela por Ela, 2004.

SILVA, Gabriela Maria Moreira da. **Educação e gênero em Moçambique: A língua é um factor determinante para o sucesso escolar das raparigas nos meios rurais? Estudo de caso em duas escolas com programa bilíngue**. 2006. 136p. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) - Centro de Estudos Africanos, Faculdade de Letras da

Universidade do Porto. Porto, 2006. Disponível em: <<http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB003.pdf>>. Acesso em: 31 nov. 2014.

Strauss A.;Corbin J. **Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques**. Califórnia: Newbury Park, 1990. Disponível em: <<http://www.stibamalang.com/uploadbank/pustaka/RM/BASIC%20OF%20QUALITATIVE%20RESEARCH.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

STOLLER, Robert. *Sex and gender: the development of masculinity and femininity*. New York: Science House, 1968.

SUBUHANA, Carlos. Estudantes Moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil: sociabilidades e redes sociais. **Imaginário**, USP, São Paulo, v. 13, n. 14, p321-355, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ima/article/view/42451/46120>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. **Estudar no Brasil: Imigração temporária de estudantes moçambicanos do Rio de Janeiro**. 2005. 210 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – ESS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/1887/1/CarlosSubuhana%2BTese.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2014.

_____. “A experiência sociocultural de universitários da África Lusófona no Brasil: entremeando histórias”. In: **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1 (58), p. 103-126, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n1/v20n1a07>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciência Social: A Pesquisa Qualitativa em Educação. O Positivismo, a Fenomenologia, O Marxismo**. São Paulo: Atlas S.A. 1994. Disponível em: <<http://paginapessoal.utfpr.edu.br/sidemar/tcc/84708933-Livro-Introducao-a-pesquisa-em-Ciencias-Sociais-Trivinos.pdf/view>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

ANEXO II: Apresentação das Entrevistadas⁷

⁷ Os nomes das entrevistadas são fictícios.

Nome	Idade	Curso	Região de origem	Grupo étnolinguístico
Alanan	22	Bacharelado em Humanidades	Cacheu	Manjaca
Angela	22	Bacharelado em Humanidades	Bolama-Bijagós	Bijagó
Cadija	20	Enfermagem	Gabú	Fula
Domingas	25	Administração Pública	Cacheu	Mancanha
Fatumata	26	Administração Pública	Bafata	Fula
Maria	20	Enfermagem	Cacheu	Manjaca
N'fudna	22	Administração Pública	Cacheu	Balanta
Pauleta	25	Bacharelado em Humanidades	Cacheu	Manjaca
Ponu	Idade não revelada	Letras – Língua Portuguesa	Cacheu	Mancanha
Serena	22	Agronomia	Cacheu	Mancanha
Sona	21	Enfermagem	Gabú	Fula
Suzete	28	Bacharelado em Humanidades	Cacheu	Manjaca
Ulilé	22	Letras – Língua Portuguesa	Cacheu	Mancanha
Winana	24	Enfermagem	Cacheu	Mancanha
Windjaba	25	Bacharelado em Humanidades	Oio	Balanta